

Editorial .....	9
-----------------	---

Brazil's distinct brand of religious liberty: an example to the world, not without its challenges

*A forma distinta de liberdade religiosa no Brasil: um exemplo ao mundo, não obstante seus desafios*

<b>Alexander Curtis Alton</b> .....	13
1 Introduction .....	14
2 French <i>laïcité</i> .....	16
3 Religious freedom in the United States .....	20
4 Brazil's distinct brand of religious liberty .....	24
4.1 Historical development of pluralism and religious liberty in Brazil .....	24
4.2 The Federal Constitution of 1988 and religious liberty in modern Brazil .....	28
4.3 Constitutional provisions that guarantee religious liberty .....	30
4.4 International conventions that establish religious liberty .....	33
4.5 Statutory protections of religious liberty .....	34
5 Social hostilities and religious intolerance in Brazil .....	37
5.1 Evangelical drug traffickers control Rio de Janeiro's favelas .....	39
5.2 Young girl attacked because she practices Candomblé .....	40
5.3 Religious buildings and images vandalized .....	41
5.4 National news broadcaster demonstrates prejudice against atheists .....	42
6 Government and grassroots efforts to decrease social hostilities and religious intolerance .....	43
6.1 Government efforts .....	44
6.2 Grassroots efforts .....	46
6.3 Additional suggestions .....	48
7 Conclusion .....	51
References .....	51

Digital and Intelligent Public Administration: transformations in the Era of Artificial Intelligence

*Administração Pública digital e inteligente: transformações na era da inteligência artificial*

<b>Juan Gustavo Corvalán</b> .....	55
1 Introduction .....	56
2 The Government and Public Administration in the digital era. The importance of ICT on the international scope .....	58
3 ICT Normative System in Argentina .....	62
4 The transformation of the Administration from the ICTs .....	70
5 Towards an optimum digital and intelligent Administration .....	74
6 Transformation over transformation: the development of artificial intelligence .....	77
7 Conclusion .....	82
References .....	83

El contrato público como unidad determinado por el interés general: el itinerario de una investigación

*The public contract as a unit determined by the general interest: the itinerary of an investigation*

<b>José Luis Meilán Gil</b> .....	89
1 Planteamiento .....	90
2 El comienzo del itinerario .....	93
3 Reconstrucción de la categoría contractual .....	98

4	La orientación de la Unión Europea: importancia de la fase “precontractual” y su influencia en la ejecución del contrato .....	101
5	Referencia a la ley 9/2017 de Contratos del Sector Público: avances y resistencia...	102
6	La modificación del contrato como test de la evolución .....	104
7	La función de los Tribunales u órganos independientes de recursos contractuales: un significativo paso adelante .....	108
8	Contratación pública y buena administración .....	111
9	Reflexión conclusiva.....	113
	Referencias .....	115

#### Análisis de la normativa urbanística en México

##### *Analysis of urban regulations in Mexico*

<b>José Pablo Martínez Gil</b> .....	119	
I	Introducción.....	120
II	Situación del proceso de urbanización en México.....	122
1	La expansión desordenada y el modelo de desarrollo de las ciudades.....	122
2	El estado de las Ciudades y la migración .....	123
3	La gestión del suelo .....	126
4	Movilidad urbana .....	128
III	La política nacional en México.....	130
1	Internacional.....	131
2	Plan Nacional de Desarrollo 2013–2018 .....	131
3	Programa Nacional de Desarrollo Urbano 2014-2018.....	133
IV	El marco normativo en México.....	136
V	Conclusiones.....	142
	Referencias .....	143

#### “Políticas públicas” e Judiciário: uma abordagem neoconstitucional

##### *“Public policies” and the Judiciary: a neo-constitutional approach*

<b>Ricardo Marcondes Martins</b> .....	145	
1	Breve introdução .....	146
2	Natureza jurídica das políticas públicas.....	147
3	Função jurisdicional x discricionariedade.....	150
4	Controle jurisdicional de políticas públicas .....	153
4.1	Gastos com publicidade .....	155
4.2	Reserva do possível .....	157
4.3	Contracrítica à intervenção judicial.....	161
	Referências .....	163

#### Escolha do árbitro na terminação de conflitos administrativos: limites e possibilidades da atuação de um advogado público

##### *Choice of the arbitrator in the termination of administrative conflicts: limits and possibilities of a public lawyer’s performance*

<b>Cleuler Barbosa das Neves, Marcílio da Silva Ferreira Filho</b> .....	167	
	Introdução .....	168
1	Meios alternativos de solução de conflitos envolvendo a administração pública ....	170
2	Papel do advogado público no Estado Democrático de Direito e experiências de arbitragem no cenário nacional .....	176
3	Escolha do árbitro e autonomia privada .....	182
	Conclusão .....	191
	Referências .....	193

A desapropriação como instituto de proteção ao patrimônio cultural e análise da legislação aplicável

*Expropriation as a modality of Cultural Heritage protection and an analysis of applied legislation*

<b>Francisco Humberto Cunha Filho, Bianca de Souza Saldanha</b> .....	197
Introdução .....	198
1    A desapropriação e suas modalidades.....	199
2    A desapropriação por motivo cultural .....	205
3    A tricotomia constitucional: necessidade pública, utilidade pública e interesse social.....	208
4    A aplicabilidade das leis desapropriatórias em face do advento da Constituição Federal de 1988 .....	211
4.1    Os prazos das leis desapropriatórias e a vulnerabilidade intrínseca ao patrimônio cultural .....	213
4.2    A desapropriação por interesse social e a reforma agrária na Lei nº 4.132/62 .....	214
4.3    A desapropriação cultural por interesse social e o desenvolvimento de atividades turísticas na Lei nº 4.132/62 .....	215
4.4    A interpretação das leis desapropriatórias segundo a proposta da ADPF nº 206....	216
4.5    O interesse social e a utilidade pública como motivações da consecução da promoção da desapropriação do patrimônio cultural .....	219
Conclusão .....	222
Referências .....	223

O Tribunal de Contas no Brasil e seus congêneres europeus: um estudo comparativo

*The court of accounts in Brazil and its European counterparts: a comparative study*

<b>Fábio Lins de Lessa Carvalho, Ricardo Schneider Rodrigues</b> .....	225
Introdução .....	226
1    O Direito Comparado como instrumento de aperfeiçoamento do direito nacional e a origem dos Tribunais de Contas no Brasil.....	228
2    Análise comparativa entre as Instituições Superiores de Controle europeias e os Tribunais de Contas no Brasil .....	230
2.1    O Tribunal de Contas francês .....	232
2.2    O Tribunal de Contas italiano .....	234
2.3    O Tribunal de Contas espanhol.....	237
2.4    Panorama de outras Instituições Superiores de Controle na Europa .....	241
3    Reflexões sobre os modelos europeus e brasileiro .....	243
Considerações finais.....	246
Referências .....	247

Dever fundamental de publicidade administrativa: uma análise sob a transparência pública na gestão estatal e a efetividade da participação popular nas ações da Administração Pública brasileira

*Basic duty of administrative publicity: an analysis under the public transparency in the state management and the effectiveness of the popular participation in the actions of the Brazilian Public Administration*

<b>Crystianne Mendonça, Luiz Carlos Figueira Melo</b> .....	249
1    Introdução .....	250
2    O princípio da publicidade administrativa .....	252

2.1	Publicidade: um dever do Estado e um direito do cidadão .....	254
3	A transparência e a vida pública.....	256
3.1	O controle social da Administração Pública .....	257
4	O acesso às informações públicas e a participação popular no controle da Administração Pública .....	261
5	Considerações finais: a publicidade e a efetivação da transparência pública.....	263
	Referências .....	264

A corrupção como violação de direitos humanos e a necessária efetividade da Lei nº 12.846/13

*Corruption as a violation of human rights and the necessary effectiveness of Law 12.846/13*

<b>Luiz Alberto Blanchet, Tâmera Padoin Marques Marin .....</b>	<b>267</b>	
1	Introdução.....	268
2	A corrupção como fenômeno mundial e a importância de seu controle para o equilíbrio econômico .....	270
3	As convenções internacionais e o enfrentamento da corrupção.....	274
4	Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos ( <i>UN Guiding Principles</i> ) e a interface com a corrupção .....	276
5	A Lei nº 12.846/13 como reflexo de uma tendência mundial de punir as corporações envolvidas em atos de corrupção.....	279
6	As penalidades aplicáveis a pessoas jurídicas previstas na Lei nº 12.846/13 e a polêmica do acordo de leniência.....	282
	Considerações finais.....	288
	Referências .....	289

O poder constituinte decorrente no Brasil: entre a Constituição e o Supremo Tribunal Federal

*Sub-national constituent power in Brazil: between the Constitution and the Supreme Federal Court*

<b>Thiago Magalhães Pires .....</b>	<b>295</b>	
	Introdução .....	296
1	O "princípio da simetria" .....	297
2	As constituições estaduais e os Municípios .....	305
3	A degradação hierárquica das constituições estaduais e leis orgânicas .....	308
	Conclusão .....	311
	Referências .....	312

DIRETRIZES PARA AUTORES

<b>AUTHOR GUIDELINES.....</b>	<b>315</b>	
	Condições para Submissão	
	<i>Submission Preparation Checklist</i> .....	320
	Declaração de Direito Autoral	
	<i>Copyright Notice</i> .....	321
	Política de Privacidade	
	<i>Privacy Statement</i> .....	321
	Política de Ética e Diretrizes de Boas Práticas na Publicação	
	<i>Publishing Ethics and Publishing Malpractice Statement</i> .....	322